

que incomodam, mostrando que aquela determinada política é ineficaz. E isto ocorre muito a nível de pequenas localidades: essas pessoas são excluídas uma segunda vez, porque quando voltam as autoridades municipais não as querem. E há um processo de produção de um estigma, de violenta exclusão social ao nível simbólico. Porque o colono que volta é o anti-pioneiro, é, por definição, alguém que deve ser excluído da própria comunidade social de origem. Ele é perigoso pelas suas presenças e, também, pela sua presença simbólica enquanto denúncia de uma política que tanto prometeu e pouco cumpriu. Não é por outra razão que, em muitos dos movimentos de luta

pela terra no Sul do Brasil, na última década, nós temos esta voz, anônima muitas vezes, de colonos retornados que fazem a negação, dizendo que as condições sociais de vida nas novas terras não são, de modo algum, aquelas prometidas, as que viabilizam uma existência social. Então esses retornados, muitas vezes, vão alimentar os contingentes dos colonos, no Sul do Brasil, que lutam pela terra. Mas é preciso perceber que o retornado é o anti-pioneiro, a grande negação, ao nível da realidade, dessa figura mítica que tanto alimenta os discursos dos dominantes no Sul do Brasil. Parece que ele é a negação não apenas da figura do pioneiro, mas da racionalidade

contida nos projetos de colonização, não? Sim, ele denuncia também que, nesse projeto de colonização — contra o discurso oficial, mais uma vez —, o que existe é uma irracionalidade econômico-agrônoma, mas uma enorme racionalidade ao nível da dominação político-ideológica. Nesse sentido, o anti-pioneiro é um elemento fundamental porque é a negação da política de colonização enquanto solução moderna e racional. Dessa maneira, no seu retorno — em toda a solidão do seu retorno e na dramaticidade que é a sua vida —, ele é um testemunho anônimo da irracionalidade brasileira a nível das políticas agrárias.

## CRISE, POLÍTICA ECONÔMICA, TRANSIÇÃO

Igor Zanoni Constant Carneiro Leão \*

Não é segredo que o Brasil vive uma crise econômica profunda, expressa, em primeiro lugar, pela instabilidade das taxas de crescimento. Estas, se já oscilavam desde 1974 — ano que, a rigor, marca o início da crise —, passam a fazê-lo mais intensamente desde 1981. A oscilação, sobretudo, se dá em torno de uma média anual muito mais baixa que a dos anos anteriores, sejam os anos 70, sejam os do período pós-guerra. O Produto Interno Bruto cresce nesta década pouco acima da população e a produção industrial menos ainda.

Assim, perguntar pela crise não se reduz a indagar por que a política econômica de curto prazo não pôde promover uma taxa de crescimento maior no ano passado, ou se poderá induzi-la neste ano. A crise não se limita à recessão em um ou outro ano, mas implica a incapacidade de a economia crescer de forma sustentada, ou seja, a ruptura de um certo padrão de crescimento e sua não-substituição por outro. O padrão de crescimento refere-se (...) à maneira como se processa a acumulação, à sua estrutura em termos de capital real ou financeiro, e à composição da acumulação real entre os setores econômicos que lideram o processo de acumulação.<sup>1</sup> Refere-se, portanto, a uma dada articulação entre taxa de salário, estrutura salarial, sistema de financiamento, etc., capaz de sustentar a taxa de acumulação e a de crescimento da economia dentro de um certo perfil de acumulação enquanto este apresentar capacidade de crescimento.

No Brasil, a expansão acima da média histórica do pós-guerra (7%) em 1985 e 1986 foi obtida graças a fatores como a melhor performance das exportações — e suas repercussões sobre o nível interno de investimento e consumo — e o efeito sobre os salários e emprego produzido pelo Cruzado, sem que a situação de crise tenha sido afastada. Da mesma forma, o

\* Técnico da equipe permanente desta publicação.

baixo crescimento dos demais anos não constituiu uma parada para a criação de bases para um novo ciclo de crescimento a médio prazo, fazendo com que anos bons e maus fossem igualmente perdidos.

Enfrentar a crise exige o reconhecimento de algumas de suas dimensões mais flagrantes:

*A convicção que vem crescendo lentamente quando se rasgam os "véus ideológicos" é de que não estamos vivendo apenas uma crise de financiamento corrente do setor público, mas também uma crise social que para os 70% da população incorporada é a primeira séria desde o pós-guerra mundial e uma crise política de regime e não só de governo. "Mais do que isso estamos provavelmente vivendo uma crise do próprio padrão histórico de desenvolvimento e este não tem solução sem uma reforma em profundidade das estruturas de decisão e gestão do Estado."*<sup>2</sup>

Recuperar-se á brevemente, aqui, a origem do desequilíbrio do setor público. Como assinala Maria da Conceição Tavares, este se liga aos desequilíbrios mais gerais do financiamento da economia brasileira, cujas raízes estão no endividamento externo, o qual, privado e voluntário no período 1968-74, passa a forçado e basicamente estatal desde esse último ano. Os problemas de financiamento agravam-se com a aceleração inflacionária, as políticas de estabilização e o ajuste do balanço de pagamentos após as sucessivas elevações do preço do petróleo e da taxa de juros internacional. Tais políticas impactam fortemente sobre as contas públicas, ao implicarem aguda elevação da taxa interna de juros, emissão de volumes crescentes de títulos públicos de curto prazo e as maxis de 1979 e 1983.

Cria-se assim um quadro em que convivem empresas públicas oneradas por um passivo em dólares crescente, contas das autoridades monetárias atingidas pela estatização da dívida privada externa, via

resolução 432 e circular 230, e dívida pública mobiliária federal como instrumento de política monetária de curto prazo destinado a ajustar o balanço de pagamentos e combater a inflação.

As políticas de estabilização na segunda metade dos anos 70 e a aceleração inflacionária (que reduz a "demanda de moeda" pelos agentes econômicos) implicam um estreitamento crescente da liquidez real interna e a dificuldade também crescente de financiamento do déficit corrente do setor público, via emissões monetárias autônomas. Esse quadro de crise financeira interna se agrava com a perda de reservas internacionais provocada pela crise mundial de financiamento externo. A partir de 1982, o setor privado deixa de captar recursos líquidos no exterior, e o setor público passa a refinar-se através de endividamento interno crescente e rolagem sempre mais difícil da dívida externa. Em 1983, há um novo ajustamento recessivo e inflacionário, rebatendo sobre o Banco Central as pressões relativas dos requerimentos de financiamento interno e externo de toda a economia, à medida que o crescente superávit comercial exige um contravalor em moeda nacional.

O desequilíbrio financeiro do setor público refere-se, assim, a uma crise de financiamento geral proveniente dos passivos acumulados no passado, oriundos basicamente do endividamento externo, público e privado, cujo serviço corre por conta das autoridades monetárias. Ele é agravado por políticas econômicas de curto prazo que visam contornar as dificuldades do setor privado, criando subsídios e avanços de crédito, bem como permitindo o livre reajuste de preços, que recaem sobre o setor público e, na inflação, sobre os assalariados. Para Maria da Conceição Tavares,

*Mediante desvalorizações cambiais, elevação das taxas de juros internas e arrocho salarial e tarifário, permitiu-se uma forte redistribuição de renda*

em favor do setor empresarial privado, acentuando seus lucros como rentista. Mas não se fez apenas isto, promoveu-se também uma verdadeira modificação na distribuição patrimonial de ativos e passivos entre o setor público e privado. O setor público aumenta o seu estoque de dívidas (externa e interna) enquanto os grupos empresariais privados, vangloriando-se de sua "eficiência", diminuem o seu endividamento, liquidam dívida externa e interna, fazem aplicações financeiras e aumentam as suas margens de lucro não operacional.<sup>3</sup>

Apenas a reforma monetária do Cruzado visou modificar esse quadro, alterando as posições credoras e devedoras dos agentes econômicos e redistribuindo riqueza a favor dos devedores através da "tablita" e de do congelamento de preços.

Reestruturar o setor público não se limita ao problema da gestão financeira do Tesouro Nacional e muito menos ao corte do "gasto público", cujos elementos mais importantes de investimento e custeio vêm caindo desde o início dos anos 80. As questões centrais são:

- encontrar uma forma de desvalorização e/ou consolidação das dívidas externa e interna. Este é o cerne do estrangulamento financeiro, o qual não pode ser resolvido apenas via "choque fiscal";
- encaminhar os conflitos por prioridades e recursos dentro do setor público, de modo a que os desequilíbrios financeiros não se transformem em paralisação da atividade econômica;
- articular uma política econômica de curto prazo com a agenda pública de investimentos.

O encaminhamento dessas questões permitiria retomar o planejamento público, criando um horizonte para o cálculo empresarial público e privado e, portanto, para uma das várias possibilidades de desenvolvimento de longo prazo. Se o encaminhamento da primeira questão parece mais árduo, o das outras duas ajudaria a superar uma descoordenação do setor público que resulta em inflação e recessão. Ainda para Maria da Conceição Tavares,

*Nestas condições, uma proposta de cunho liberalizante que se limita a pregar "tirem o Estado do meu caminho e deixem a iniciativa particular e dos "cidadãos" que eles cuidem do seu "destino", parece uma proposta suicida. Na verdade, ela representa apenas a tradicional atitude de uma elite arrogante e poderosa que tem a certeza de não perder com a crise, qualquer que seja a sua profundidade e duração, até porque tem um longo treino de "socializar os prejuízos" à custa do Estado e dos consumidores.<sup>4</sup>*

Fica claro, assim, que as várias dimensões mais importantes da crise rebatem sobre as questões do reequilíbrio financeiro do Estado e da redefinição do seu papel, que inclui o reforço e saneamento das

agências públicas mais relevantes, seja econômica, seja financeira e socialmente. O problema central consiste em como encaminhar a reforma, que precisa ser profunda, das estruturas de decisão e gestão do Estado. Se não cabem nem a posição liberal nem a estatizante, esse problema se traduz em como negociar uma agenda pactada e aceita politicamente para a rearticulação do planejamento público, diante do Estado que está aí.

Sem encaminhar uma resposta a esse problema tormentoso, lembre-se que responsáveis até há pouco tempo pela política econômica enfatizam, na dificuldade de mudar suas características, o caráter conservador já não do Governo, mas do regime. Assim, para Luiz Gonzaga Belluzzo,

*O momento da ruptura foi perdido com a eleição indireta, porta dos fundos por onde entraram os que se afogaram no naufrágio do regime militar. Há os que argumentam ter sido este o preço da democracia. Seria justo pagá-lo se mais tarde ele não se revelar apenas o pedágio de um caminho mais longo para a débauche das instituições democráticas?<sup>5</sup>*

Assim, para Belluzzo, persistem a incolumidade dos interesses existentes, bem como o rentismo e o comportamento defensivo da grande empresa produtiva, o parasitismo dos grupos mais frágeis ou mais agressivos do setor privado e da burocracia pública e a quebra do Estado sob uma carga insuportável de endividamento.

*A transição conservadora foi feita para que tudo isso continuasse a ser feito sob o patrocínio da democracia ou, pelo menos, para aplacar a ira dos perdedores de sempre e adiar a grita pelas reformas. O Plano Cruzado e o Plano Bresser foram acidentes neste percurso e se tornaram objeto de uma hostilidade cada vez mais agressiva na medida em que a feição reformista dos programas prevalecia sobre a cara populista. Transição sim, reforma não. Mudar, para que tudo continue na mesma.<sup>6</sup>*

Também para o ex-Ministro Bresser Pereira, em entrevista concedida logo após sua demissão,<sup>7</sup> a transição estaria hoje em xeque, e mesmo o Governo. Sem dúvida, os impasses políticos a uma reformulação da política econômica não podem ser minimizados.

## Os mecanismos de decisão e gestão do Estado devem ser democratizados.

Esses impasses não podem ser enfrentados enquanto as decisões de política econômica ocorrerem via decretos-leis, portarias, etc., sem uma discussão mais ampla na sociedade e sem apreciação do Congresso. O próprio Congresso, entretanto, tem se distanciado da busca por reformas que marcou a campanha pelas diretas e a da crítica contra a política econômica do regime autoritário, tornando-se um meio de impedir transformações.

Por sua vez, o Conselho Monetário Nacional mantém-se como um organismo esvaziado e formal de decisões.

A democratização da política econômica, possibilitando um pacto social em torno dos principais itens da agenda do Estado, exigiria uma representação efetiva nos órgãos de decisão de camadas sociais populares, bem como sua participação na execução e acompanhamento a nível de empresas, delegacias estaduais e municipais de órgãos como a SUNAB, Ministério do Trabalho e outros. Propostas nesse sentido ainda não foram discutidas mais amplamente; no entanto, tocam no problema central do aprendizado político das camadas populares. Qual é a oportunidade dessas propostas diante de eleições muito fechadas, marcadas pelo acesso desigual aos meios de comunicação, pela compra de votos, pelo descrédito dos políticos e dos partidos e pela queima de lideranças ligadas a um discurso reformista?

Diante de um Estado patrimonialista e fragmentário, de uma elite conservadora que procura resolver seu próprio problema, de um povo ainda não articulado como povo, a democratização e descentralização da política econômica parece ficar à espera de um reaparecimento do sentimento mobilizador da campanha pelas diretas. Embora hoje o quadro seja distinto daquele de 1984, que marcou o auge de um processo de insatisfação popular, o debate crítico e de alternativas pode reaparecer, num contexto inclusive mais favorável de aprendizado político do povo. Como assinala Raymond Faoro em entrevista recente, *Ninguém acredita em ninguém. Realmente, ninguém merece confiança de ninguém, então, já está limpo o terreno. Pode surgir o debate sem aquelas confianças e aquelas situações outorgadas, paternalistas. Os políticos fracassaram; os empresários não se habilitaram ao crédito nacional: os sindicatos se encolheram. Isso pode ser bom, quem sabe? Está claro que as lideranças são falsas, não correspondem mais ao que o povo deseja, que é o mínimo essencial, quer dizer, o povo quer comer, quer a retribuição mínima de seu trabalho, e quer, sobretudo um projeto de vida que hoje ele não tem mais.<sup>8</sup>*

Os suportes políticos para que a transição caminhe e encontre uma solução em eleições não-controladas, que não desmobilizem as reivindicações sociais, precisam, entretanto, ser criados. Pensar o contrário é cair numa visão voluntarista que por si só é desmobilizadora. Como assinala, ainda, Maria da Conceição Tavares:

*Infelizmente, para os liberais de todos os matizes e os "estatizantes" de esquerda e de direita, a solução não pode ser buscada numa guinada radical para um outro caminho. Este Estado fragmentário e caótico não pode ser descartado ou reformado com voluntarismos ou visões iluministas de qualquer procedência ideológica. O caminho de transição é*

necessariamente duro, mas a agenda tem de ser negociada e tem de incluir o reforçamento e o saneamento das agências públicas mais relevantes, tanto no campo econômico e financeiro como no social.<sup>9</sup>

## NOTAS DE REFERÊNCIA

<sup>1</sup> SOUZA, Paulo Renato. Salário e mão-de-obra excedente. In: —. *Emprego, salário e pobreza*. São Paulo, HUCITEC; Campinas, FUNCAMP, 1980, p.15.

<sup>2</sup> TAVARES, Maria da Conceição. O desequilíbrio financeiro do setor público. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro, 2(4):106, nov.1987.

<sup>3</sup> TAVARES, p.94.

<sup>4</sup> TAVARES, p.106.

<sup>5</sup> BELLUZZO, Luiz G. Chamem Rampedu-sa. *Senhor, São Paulo*, (354):29, 05 jan.1988.

<sup>6</sup> BELLUZZO, p.29.

<sup>7</sup> O ÚLTIMO golpe contra o PMDB. *Senhor, São Paulo*, (354):33, 05 jan.1988.

<sup>8</sup> FAORO, Raymundo. O golpe da eleição controlada. *Senhor, São Paulo*, (354):5, 05 jan.1988. Entrevista concedida a A.C.Prado. M.Carta, N.Letaif e N.Beirão.

<sup>9</sup> TAVARES, p.107.

# CONTEÚDO ESCOLAR: conhecimento e pobreza

José Miguel Rasia \*

Em *Análise Conjuntural* de novembro,<sup>1</sup> discutiu-se a trajetória escolar dos alunos das escolas públicas de primeiro grau da Região Metropolitana de Curitiba, atentando-se principalmente para a dinâmica acesso-permanência-exclusão. Naquele artigo, levou-se em conta a produção do excluído da escola, buscando explicar sua criação através de dois conjuntos de fatores: um de origem extra-escolar e outro de origem intra-escolar. Dentre os fatores extra-escolares, situaram-se a origem de classe do aluno e o caráter do sistema educacional brasileiro, que não é capaz de absorver 100% da população em idade de escolarização obrigatória (7 a 14 anos); ressaltou-se ainda o fato de que o sistema educacional brasileiro divide-se num sistema regular oficial e num sistema supletivo, sendo este último responsável pela "escolaridade" daquelas crianças que tiveram a trajetória escolar interrompida antes de completar a escolarização obrigatória.

Além desses elementos, contribuem para a exclusão mecanismos de ordem intra-escolar como o caráter da organização escolar, com sua rígida exigência disciplinar, os estigmas que a escola é capaz de produzir em relação àqueles alunos que apresentam desempenho aquém do exigido para aprovação; rigidez de horários, hábitos de linguagem, etc.

Neste artigo, pretende-se discutir um ponto específico na dinâmica de acesso-permanência-exclusão: a questão dos conteúdos ensinados pela escola desde o ponto de vista do que representa o conhecimento escolar, considerando-se principalmente a condição social da maioria das crianças que freqüentam as escolas públicas da Região Metropolitana de Curitiba:

*Considerando-se a RMC do ponto de vista da renda da população, as informações para 1980 revelam que cerca de 65% das famílias estavam na faixa de renda mensal de até cinco salários mínimos. No município de Curitiba, essa proporção era pouco superior a 55%, enquanto nos municípios vizinhos (Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Mandrituba, Piraquara e São José dos Pi-*

*nhais) a proporção de famílias com até cinco salários mínimos de renda mensal atingia 82% do total e nos demais municípios (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Contenda, Quatro Barras, Rio Branco do Sul) esse valor era praticamente 90%. Vale ressaltar que para este último conjunto, aproximadamente 1/4 das famílias residentes tinham uma renda mensal de até 1 salário mínimo ou não tinham rendimento, sendo que nos municípios vizinhos à capital (...) esse subconjunto representava pouco mais de 10% das famílias, e em Curitiba cerca de 5% das famílias.<sup>2</sup>*

Que conjunto social configura essa população? Quem são as famílias que apresentam esse rendimento mensal? Trata-se obviamente do setor mais pobre da população que vive na Região Metropolitana de Curitiba. Ou seja, o recorte populacional que apresenta esse perfil no que diz respeito à renda familiar compõe o que se pode denominar, politicamente, o setor "mais" subalterno da população e, economicamente, os setores mais sujeitos à exploração. Esse recorte é, portanto, o que apresenta de forma mais acentuada o maior número de carências sociais. Se se tomar o segmento que corresponde a um quarto da população do segundo grupo de municípios (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Contenda, Quatro Barras e Rio Branco do Sul), que tinha até um salário mínimo de renda mensal, pode-se inferir que a este grupo falta tudo: saneamento básico, saúde, habitação e mesmo escolarização, no sentido de que as oportunidades educacionais são reduzidas e as trajetórias escolares são, na maioria das vezes, interrompidas.

Em geral, o recorte populacional aqui considerado — de até cinco salários mínimos de renda familiar — é o setor mais vulnerável à crise. É também o mais afetado pela instabilidade no emprego. O desemprego é para ele uma ameaça constante, dado que é composto, em grande parte, de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação. Muitas vezes encontram-se em atividades ligadas ao setor informal de trabalho ou mesmo desempregados. Como se dá a relação entre a organiza-

ção escolar, mais especificamente o conhecimento escolar, e este conjunto da população pobre? Em princípio, a escola pública deve priorizar o atendimento dessa população e muitas vezes o faz não só através das vagas que oferece, mas criando programas de retenção da criança na escola, como os de suplementação alimentar. Como boa parte dessa população é carente, criam-se programas de educação compensatória que visam diminuir o fracasso escolar e a interrupção das trajetórias. A questão que de fato interessa discutir aqui situa-se no âmbito do conhecimento oferecido pela escola e em que medida ele satisfaz as necessidades expressas por esse recorte da população, ou seja, como se pode abordar a relação entre conhecimento escolar e pobreza na RMC.

A tabela 1 fornece a taxa de permanência nas oito séries do primeiro grau nos municípios da RMC. Vê-se que ela é menor naquele conjunto de municípios (denominados aqui "demais municípios") em que a renda familiar é mais baixa. Esse fato aponta para uma relação negativa entre apropriação do conhecimento escolar e renda: ou seja, nas condições sociais em que se encontram as menores rendas, encontra-se também a menor taxa de permanência na escola. Se de um lado isso pode apontar para uma interrupção da trajetória escolar, essa não é a questão mais importante. O que se pretende privilegiar aqui é o caráter do conhecimento transmitido pela escola nessas situações ou para essa população.

Considerando-se que o fluxo migratório do meio rural para a RMC nos anos 70 e início dos 80 foi bastante intenso, grande parte da população que aflui hoje para a escola, nesses municípios, é composta por filhos de famílias de origem rural, que aportam à cidade dominando um conhecimento diretamente relacionado à agricultura. Aqui vale uma observação: a agricultura que se praticava no momento da migração também é objeto de transformações via modernização. A tecnificação do processo de produção na agricultura está se concretizando naquele momento. O avanço do capital no campo é um dos fatores que forçam a migração. Dessa forma, o próprio conhecimento que essa população detinha sobre o trabalho

\* Técnico da equipe permanente desta publicação.  
Anál., Conj., Curitiba 10 (2): 6 fev. 1988